



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

FLÁVIA SAMANTHA M. GUIMARÃES

RESULTADO ABRANGENTE X RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - UMA
ANÁLISE DO IMPACTO NAS CIAS ABERTAS BRASILEIRAS

Brasília – DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Claudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutora Helena Eri Shimizu
Decano de Pós Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências contábeis e atuariais – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências contábeis e atuariais- Noturno

FLÁVIA SAMANTHA M. GUIMARÃES

**RESULTADO ABRANGENTE X RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - UMA
ANÁLISE DO IMPACTO NAS CIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama

BRASÍLIA, DF

2017

GUIMARÃES, Flávia Samantha Martins.

**RESULTADO ABRANGENTE X RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO -
UMA ANÁLISE DO IMPACTO NAS CIAS ABERTAS BRASILEIRAS/**

Flávia Samantha Martins Guimarães; Orientação: Jorge Katsumi Niyama –
Brasília, Universidade de Brasília, 2017, 29. p.

Orientador (a): Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília,
Universidade de Brasília, 2017.

Bibliografia.

1. Resultado Líquido. 2. Resultado Abrangente. 3. Impacto. 4. Companhias Abertas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, por todo amor e dedicação em prol da minha educação e bem estar.

Aos meus irmãos Marília Regiane, Giulliano, Pedro e Fernando, pela parceria e por me ajudarem sempre a ser uma pessoa melhor.

À UnB, que me acolheu por quatro anos e me proporcionou grande aprendizado, professores e colegas que levarei por toda a vida.

Ao professor Jorge, por ter aceitado me orientar, por ter me apoiado e incentivado mesmo nos momentos complicados.

Aos grandes amigos que fiz na CNI, em especial Luíza Maria, Bianca, Thalita, Érica, Cleiton, Israel, Suedi, Fabiana, Priscila, minha supervisora de estágio Ieda e Tatiane, pelo carinho, paciência e por fazerem parte do meu desenvolvimento pessoal nessa etapa da vida.

Ao Rafael Spíndola, pelo apoio, carinho, cuidados, paciência e por acreditar no meu potencial em todos os momentos.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a relevância do reconhecimento do resultado abrangente e os impactos causados caso os itens abrangentes fossem reconhecidos na demonstração de resultado do exercício. Para isso, foram analisadas cem empresas de capital aberto listadas na BMF&Bovespa nos anos de 2015 e 2016. Conforme os testes quantitativos realizados, concluiu-se que, se fosse reconhecido no resultado líquido, o resultado abrangente reduziria o lucro ou aumentaria o prejuízo, entretanto causaria um impacto abaixo de 10% na DRE, mostrando, portanto que não haveria diferença significativa no resultado da entidade.

Palavras-chaves: Resultado Abrangente. FASB. Relevância. Resultado líquido.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the relevance of the recognition of the comprehensive income and the impacts caused if the comprehensive items were recognized in the statement of income for the year. For this purpose, 100 publicly-traded companies listed on BMF & Bovespa in 2015 and 2016 were analyzed. According to the quantitative tests carried out, it was concluded that, if it were recognized in net income, the comprehensive income would reduce profit or increase the loss, in the meantime Would have an impact below 10% on the Statement of income, showing, therefore, that there would be no significant difference in the entity's results.

Key words: Comprehensive Income. FASB. Relevance. Net income.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Itens que compõem o Resultado Abrangente	14
Quadro 2 – Estatísticas de teste e p-valor do teste de Shapiro-Wilk.....	24
Quadro 3 – Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido	25
Quadro 4 – Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido	25
Quadro 5 – Média das variações dos resultados líquido e abrangente entre 2015 e 2016. .	26
Quadro 6 – Estatísticas de teste e p-valor do teste de Shapiro-Wilk.....	26
Quadro 7 – Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido	27
Quadro 8 – Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido	27

Lista de tabelas

Tabela 1 - Composição da amostra por setor de Atividade.....	19
Tabela 2 - Apresentação de Resultado Abrangente.....	22
Tabela 3 - Itens mais relevantes nas DRAs das empresas analisadas	23
Tabela 4 – Distribuição das empresas segundo resultado líquido e resultado abrangente em 2015 e 2016	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Lei 11.638/07 e Pronunciamento CPC 26	12
2.2 Resultado Líquido e Resultado Abrangente	13
2.2.1 Caracterização do Resultado Líquido e Resultado Abrangente	13
2.2.2 Trajetória histórica do Resultado abrangente	14
2.2.3 Resumo de pesquisas anteriores	16
2.3 Volatilidade do Lucro	16
3 METODOLOGIA	18
3.1 Tipo de pesquisa	18
3.2 População e amostra	18
3.3 Coleta de dados	19
3.4 Análise dos dados	20
3.4.1 Teste Shapiro Wilk	20
3.4.2 Teste de Wilcoxon para uma amostra	20
4 RESULTADOS	22
4.1 Informações sobre o resultado abrangente das empresas analisadas	22
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A busca por melhoria da informação contábil, fez com que o FASB incluísse na lista de demonstrações financeiras obrigatórias às sociedades de capital aberto, a Demonstração do resultado abrangente, o que causou polêmica¹ entre este órgão normatizador, teóricos contábeis e empresários. Há estudos que demonstram² que padrões contábeis têm poder de influenciar decisões financeiras e de investimentos, quando estes impõem custos às companhias. Um dos argumentos dos empresários para a não inclusão de alguns ganhos e perdas não realizados no resultado é que estes causariam volatilidade nos lucros, e que essa volatilidade seria pressuposto para derrubar o preço das ações de suas empresas (STICKNEY; WEIL, 2001). Pohlmann e Alves (2008) destacam o argumento da Monumental Corporation de que investiria mais em debêntures e menos em ações se os ganhos e perdas não realizados em títulos mobiliários fossem incluídos no resultado.

Em Setembro de 2007, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), no âmbito de um vasto projeto de convergência, publicou com o FASB, uma versão revista do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (Apresentação de Demonstrações Financeiras) com o objetivo de adequar os dados contábeis ao que havia sido estabelecido pelo SFAS 130 - Reporting Comprehensive Income (Apresentação do Resultado Abrangente), em particular com referência à representação do desempenho econômico. A principal contribuição da IAS 1 (revisada em 2007) é a substituição da demonstração de resultado simples por uma demonstração de resultado abrangente. Isso envolve a adoção de uma concepção anglo-saxônica de resultado abrangente e, em particular, incluindo o rendimento integral dentro do quadro contábil (isto é, uma descrição de renda que também inclui os ganhos e perdas não realizados, sendo reconhecidos diretamente no patrimônio líquido), de acordo com a norma americana.

¹ Um exemplo dessa polêmica envolveu a normatização da contabilização dos fundos para aposentadoria nos EUA. O Financial Accounting Standard Board (FASB) fez concessões para permitir a apropriação gradativa no resultado, dos custos com planos de aposentadoria cujos beneficiários já estavam inativos. Para Hendriksen e Breda (2007), o reconhecimento completo e imediato no resultado seria mais virtuoso do ponto de vista da teoria contábil.

² Alguns exemplos são os estudos de Borges, Zioli e Biazon (2015) <disponível em <http://fatecie.edu.br/documentos/graduacao/revistacientifica/2015/201504>>; e Machado, Rapé e Souza <disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n11/ARTIGO-CONTABILIDADE-GERENCIAL-OPET.pdf>>, em que os autores abordam como a contabilidade influencia na tomada de decisão das empresas.

As companhias de capital aberto devem estruturar seus relatórios contábeis de acordo com a Lei 11.638/07, que alterou a lei 6.404/76, devido à necessidade de convergência das normas contábeis às normas internacionais. Nela constam os procedimentos a serem adotados e as demonstrações de divulgação obrigatória, tais como demonstração de resultado, balanço patrimonial, fluxo de caixa, dentre outras. Contudo, de acordo com Silva e Silva (2015), antes do CPC 26, não havia no Brasil normatização que tratasse do resultado abrangente e seus componentes. Eles afirmam que o CPC 26 (item 81) passou a exigir que as empresas apresentem o resultado abrangente em uma demonstração separada da DRE (demonstração de resultado do exercício), podendo também ser divulgado juntamente com a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os investidores e usuários em geral não dão a devida atenção à demonstração de resultado abrangente para fins de obtenção de um resultado mais completo da entidade, podendo assim chegar a conclusões distorcidas quanto à posição financeira da empresa. Estudos anteriores analisaram se o resultado abrangente é relevante na tomada de decisão e se o reconhecimento dos itens abrangentes na DRE impactaria positiva ou negativamente o resultado líquido das companhias abertas. Esse estudo aborda também essas premissas, e traz uma análise das empresas que apresentaram no mesmo ano resultado líquido e abrangente positivo ou negativo; se o resultado abrangente transformaria o lucro em prejuízo, aumentaria o lucro ou o prejuízo e se aumentaria a volatilidade do resultado em geral.

Considerando a busca pela qualidade da informação contábil, a ausência de estudos nacionais sobre DRA, e as discussões recentes sobre o resultado abrangente, esse estudo tem como objetivo: a) analisar o impacto gerado pelos eventos econômicos reconhecidos na DRA se estes fossem reconhecidos na DRE das empresas abertas brasileiras, b) identificar os fatos mais relevantes da demonstração do resultado abrangente e c) analisar a ocorrência ou não de diferenças significativas do lucro líquido em relação ao lucro abrangente e suas variações entre 2015 e 2016.

Algumas das demonstrações financeiras analisadas apresentaram contas e mudanças nos resultados incomuns, que não foram evidenciados ou esclarecidos através das notas explicativas, limitando a análise dos dados de certas entidades.

A estrutura deste trabalho consiste em cinco seções, sendo elas alguns aspectos introdutórios citados anteriormente, uma fundamentação teórica acerca do tema, os métodos utilizados para coleta de dados e a amostra das empresas utilizadas, seguidos dos resultados obtidos a partir da análise estatística e as considerações finais sobre a discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lei 11.638/07 e Pronunciamento CPC 26

A contabilidade no Brasil vem passando por um processo de convergência para as normas internacionais, adotando os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O início dessa mudança se deu formalmente com a edição com a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, modernizando a contabilidade e exigindo que as empresas brasileiras (especialmente as sociedades por ações) passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade (COSTA; THEÓFILO; YAMAMOTO, 2012). A convergência às normas internacionais se viabiliza mediante a elaboração de leis como normas editadas pelos organismos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Monetário Nacional (CMN), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o CFC.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais."³.

Segundo Costa, Theófilo e Yamamoto (2012), o trabalho do CPC consiste em estudar as normas internacionais de contabilidade, traduzi-las e, caso haja alguma divergência, adequá-las à realidade brasileira. Após esse procedimento, o CPC encaminha as normas para audiência pública para que o mercado (Ministérios do Governo Federal, Agências Reguladoras Federais, Conselhos Regionais de Contabilidade, Associações de Classe, faculdades, companhias abertas, empresas de auditoria independente, professores, contadores, economistas, Alunos, entre outras pessoas interessadas) possam avaliá-las e sugerir melhorias.

³ Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>

No total, o Comitê produziu 65 documentos⁴, sendo 42 pronunciamentos técnicos (denominados CPCs), cinco orientações técnicas (denominadas OCPCs), 17 interpretações técnicas (denominadas ICPCs) e a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (framework), entre os anos de 2007 a 2011.

O CPC 26 consiste na apresentação das demonstrações contábeis em correlação às normas internacionais de contabilidade, e tem como objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo⁵.

2.2 Resultado Líquido e Resultado Abrangente

2.2.1 Caracterização do Resultado Líquido e Resultado Abrangente

Hendriksen e Van Breda (1999, p.60) apresentam situações onde existem alternativas de contabilização, entre as quais: avaliação de estoques: PEPS versus UEPS; investimentos em companhias coligadas e controladas: custo histórico versus equivalência patrimonial etc., a escolha de uma destas alternativas afeta o resultado de forma a aumentá-lo ou diminuí-lo. Sobre o lucro, resultado positivo da empresa, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 181) afirmam que “[...] embasados em conceitos econômicos, o lucro em termos contábeis pode ser definido de duas maneiras.” A primeira seria através da “[...] maximização do lucro sob condições especificadas de estrutura de mercado, demanda de produtos e custos de fatores de produção”; a segunda, através da preservação do capital.

A Lei 6404 publicada em dezembro de 1976 determinou alguns padrões e procedimentos da contabilidade no Brasil, entre eles a estrutura da demonstração do resultado a ser seguida pelas empresas brasileiras. Esta estrutura se comparada às demonstrações possibilitadas pela legislação norte-americana, adotou uma forma de divulgação mista, pois faz uma mescla das duas norte-americanas (SOUTES; SCHVIRK, 2006). Segundo Iudícibus (2004, p. 179), “[...] a Lei [6404/76] adotou uma filosofia mista, embora, talvez, tendendo mais, nas intenções, para o conceito ‘limpo’”, pela obrigatoriedade da adoção da concepção

⁴ Até 22 de dezembro de 2016, em que foram divulgados os CPCs 47 (Receita de Contrato com Cliente) e o 48 (Instrumentos Financeiros).

⁵ Conforme CPC 26 divulgado em 02 de dezembro de 2011.

de ajustes de exercícios anteriores. O conceito “limpo” refere-se ao conceito operacional corrente⁶.

2.2.2 Trajetória histórica do Resultado abrangente

O Financial Accounting Standards Board (FASB) através do SFAC 3 (*Statements of Financial Accounting Concepts*), parágrafo 56, afirma que: lucro abrangente são as mudanças no patrimônio líquido de uma empresa durante um período proveniente das transações e outros eventos e circunstâncias relacionados aos não proprietários, e inclui todas as mudanças no patrimônio líquido durante um período exceto aquelas resultantes dos investimentos pelos proprietários e distribuições a eles.

O FASB estabeleceu em junho de 1997, por meio da Statement of Financial Accounting Standards - SFAS 130, os padrões de relatório e divulgação dos resultados abrangentes e seus componentes como uma das informações que integram o conjunto de demonstrações financeiras (MAZZIONI; ORO; SCARPIN, 2013). O lucro abrangente é definido, segundo Macedo, Vilamaior e Pinheiro (2010, p. 2) como “alterações no patrimônio da empresa em um período, originadas em transações, circunstâncias e outros eventos, exceto investimentos dos proprietários e distribuições para os proprietários”. A SFAS 130 define resultado abrangente de acordo com a SFAC 6 como “a mudança no patrimônio líquido de uma empresa comercial durante um período de transações e outros eventos e circunstâncias de fontes não-proprietárias. Inclui todas as alterações no capital próprio durante um período, exceto aqueles resultantes de investimentos por parte dos proprietários e distribuições aos proprietários” (parágrafo 70).

Na SFAC 5, o FASB declarou que "um conjunto completo de demonstrações financeiras por um exercício deve mostrar: posição financeira no final do período, lucro (lucro líquido) do período, resultado abrangente (variações totais do não proprietário no patrimônio líquido) do período, fluxos de caixa durante o período e investimentos e distribuições aos proprietários durante o período" (parágrafo 13, referências de nota de rodapé omitidas). Antes da emissão desta Declaração, o Conselho de Administração não exigia que uma empresa reportasse uma receita abrangente, nem recomendou um formato para exibir a receita abrangente.

⁶ Para maiores esclarecimentos consultar obra “Teoria da contabilidade” (NYAMA; TIBÚRCIO, 2013) página 224.

O Pronunciamento CPC 26, elaborado em concordância com a IAS 1, define o Resultado abrangente como “a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários, e afirma que A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas.”⁷

Segundo o CPC 26 parágrafo 96, Ajustes de reclassificação não decorrem de mutações na reserva de reavaliação (quando permitida pela legislação vigente) reconhecida de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível ou de ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido, reconhecidos em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Esses componentes são reconhecidos como outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado líquido em períodos subsequentes. As mutações na reserva de reavaliação podem ser transferidas para reserva de lucros retidos (ou prejuízos acumulados) na medida em que o ativo é utilizado ou quando é baixado (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 04). Ganhos e perdas atuariais devem ser reconhecidos na reserva de lucros retidos (ou nos prejuízos acumulados) no período em que forem reconhecidos como outros resultados abrangentes (ver o Pronunciamento Técnico CPC 33).

De acordo com Silva e Silva (2015), os itens que compõem a DRA estão listados de acordo com alguns pronunciamentos do CPC, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Itens que compõem o resultado abrangente

Pronunciamento	Item da DRA
CPC 2	Variação Cambial sobre Investimento no exterior; Participação no Resultado Abrangente de controladas; Equivalência Patrimonial sobre o Resultado Abrangente de coligadas
CPC 18	Ajuste Reflexo de controladora; Incorporação de empresas e dividendos
CPC 32	Imposto de renda e contribuição social diferidos
CPC 33	Ganho/ Perda atuarial com benefícios pós-emprego; Marcação a mercado sobre aplicação financeira, efeito de marcação a mercado sobre instrumentos de hedge; variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda; ganhos/perdas sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa; ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda; ganho/perda em derivativos

⁷ Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>.

CPC 38	Mensuração de Instrumentos Financeiros, líquidos de impostos; resultados com instrumentos de "hedge" (<i>Bonds</i>) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários; resultados com instrumentos de "hedge" (NDF) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários
Outros	Amortização da Correção Monetária sobre ativos corrigidos; Ajuste de Avaliação Patrimonial; outros.

Fonte: Silva e Silva (2015)

2.2.3 Resumo de pesquisas anteriores

A literatura internacional apresenta diversos estudos que analisam o resultado abrangente e seus componentes. Para Dehning e Ratliff (2004) por exemplo, a divulgação da DRA, nos Estados Unidos (após exigência do SFAS 130 – Apresentação dos Resultados Abrangentes), não aumentou a utilidade das demonstrações contábeis publicadas como um todo. Para os autores, esse resultado é consistente com a hipótese dos mercados eficientes, em que as informações disponíveis antes da exigência de divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente não são valorizadas de forma diferente simplesmente porque elas estão sendo divulgadas de outra forma.

Já Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009), que investigaram se a exigência de empresas canadenses apresentarem a Demonstração de Resultados Abrangentes fornece ao mercado informações relevantes. Os autores concluíram que os componentes do resultado abrangente são relevantes, mas não têm tanto poder para prever a rentabilidade futura, devido à sua natureza transitória.

Chambers et al. (2007, p. 561), os defensores argumentaram que a informação de resultado abrangente é uma medida que impõe disciplina sobre os gestores e analistas e que sistemas de remuneração baseados no resultado abrangente exigiriam que os gestores considerassem todos os fatores que afetam o valor da empresa, tornando, assim, menos atraente o gerenciamento de resultados⁸.

2.3 Volatilidade do Lucro

Analisando alguns estudos sobre resultados abrangentes, observa-se que o tema ainda divide opiniões. Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012), por exemplo, constataram em seu

⁸ Não foi objeto do trabalho pesquisar impactos dos resultados abrangentes no gerenciamento de resultados das empresas.

estudo que, as empresas que têm ações negociadas na NYSE apresentam alta volatilidade nos lucros, contudo estatisticamente não se constatou uma diferença significativa entre os resultados líquido e abrangente, assim como outro estudo (CURCINO; LEMES; BOTINA, 2014) que buscou verificar o impacto da evidenciação do resultado abrangente nos valores de indicadores financeiros de rentabilidade, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Internacionais, pressupondo como hipótese que as médias dos indicadores financeiros calculados com base na ótica de lucro líquido e com base no lucro abrangente não seriam iguais, e os testes realizados apontaram que não existem impactos desta forma de reconhecimento do lucro sobre os indicadores financeiros de rentabilidade ROE e EPS, visto que não existem diferenças significativas entre os indicadores calculados sob as duas formas de mensuração do lucro (líquido e abrangente), ou seja, rejeitou-se a hipótese de que haveria diferença entre as médias dos indicadores com base no lucro abrangente.

O estudo feito por Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012), mostra a relação do lucro líquido e abrangente com a volatilidade. Os resultados obtidos por meio da aplicação de estatística descritiva no Lucro Líquido e no Resultado Abrangente de vinte e uma empresas brasileiras que negociam ações na NYSE confirmam a hipótese da alta volatilidade. Em todas as análises efetuadas, verificou-se volatilidade, sem tendência definida no sentido de aumento ou diminuição do Lucro. Tal fato apresenta evidências quanto ao argumento suscitado pelo próprio FASB para não determinar o reconhecimento imediato de certas variações relacionadas a custos com fundos de aposentadoria.

Ainda segundo os autores, alguns ganhos de um período poderiam ser compensados por perdas em outros, e vice-versa. Outra conclusão deste trabalho, feita por meio da estatística descritiva é que a conversão das demonstrações contábeis de investimentos no exterior foi o item que mais contribuiu para a volatilidade do Resultado Abrangente. Como esse item está presente apenas nos relatórios contábeis de empresas que possuem investimentos em outras sociedades localizadas no exterior, há menor volatilidade no resultado abrangente de empresas que possuam investimentos somente no Brasil. Porém, a análise feita por meio da ferramenta Teste-T para duas amostras em par para médias, permitiu verificar que a diferença entre a volatilidade do Lucro Líquido e a volatilidade dos Resultados abrangentes não é estatisticamente significativa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo Richardson et. al. (1999), metodologias são procedimentos utilizados no método científico, o qual, por sua vez, pode ser definido como o caminho para se chegar a determinado fim ou o objetivo.

Lakatos e Marconi (2003) caracterizam a pesquisa bibliográfica como um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Lakatos e Marconi, 2003).

O estudo consiste numa pesquisa descritiva, sendo adotados delineamentos bibliográfico, onde foram utilizados artigos científicos, artigos de revistas de contabilidade e livros para o desenvolvimento do referencial teórico; e documental, sendo analisados demonstrações financeiras consolidadas de empresas de capital aberto disponibilizadas pelas mesmas, pronunciamentos contábeis do FASB, IASB, CPC e AcSB e as leis 6.404/76 e 11.638/07.

3.2 População e amostra

Foram selecionadas para o estudo cem empresas abertas que compõem a BM&FBovespa. Este segmento é composto por empresas que atendem aos padrões mais elevados de governança corporativa dentre as empresas de capital aberto com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e Silva *et. al.* (2014) afirmam que o segmento diferenciado de mercado da BM&FBovespa apresenta um índice de não divulgação menor que o segmento tradicional de mercado. As empresas foram selecionadas à medida que disponibilizavam as demonstrações financeiras de 2016 até o final do mês de março, data de corte para a amostra.

A amostra selecionada apresenta características de diversas empresas que compõem a Bolsa de Valores, a próxima tabela mostra sua composição de acordo com o setor de atividade:

Tabela 1 - Composição da amostra por setor de Atividade

	<u>Setor de Atividade</u>	<u>Quant. Empresas</u>	<u>%</u>
1	Alimentos e Bebidas	1	1%
2	Arrendamento Mercantil	1	1%
3	Consumo e Varejo	15	15%
4	Energia e Saneamento	11	11%
5	Entreterimento	1	1%
6	Financeiro	11	11%
7	Holding	3	3%
8	Imobiliário e Construção	3	3%
10	Mineração	1	1%
11	Papel e celulose	1	1%
12	Petróleo e gás	3	3%
13	Saúde	4	4%
14	Seguros	4	4%
15	Siderúrgica	2	2%
16	Tecnologia e internet	2	2%
17	Telecomunicações	5	5%
18	Transporte e Logística	5	5%
19	Outros	27	27%
	TOTAL	100	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BMeF&Bovespa

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados manualmente, em abril de 2017, das demonstrações financeiras padronizadas (DFPs) dos anos de 2015 e 2016, para uma análise temporal dos resultados. Foram coletados os resultados líquido e abrangente para as análises, e consultadas as notas explicativas e relatório dos auditores para verificação de informações, explicações e dados relativos aos resultados abrangentes.

3.4 Análise dos dados

3.4.1 Teste Shapiro Wilk

De acordo com Bussab e Morettin (2010), o Teste de Shapiro Wilk é utilizado para verificar a aderência de uma variável quantitativa qualquer ao modelo da Distribuição Normal. A suposição de normalidade é importante para a determinação do teste a ser utilizado.

O início do procedimento do Teste de Shapiro Wilk tem-se com a definição das hipóteses:

H_0 : a amostra segue uma distribuição Normal

H_1 : a amostra não segue uma distribuição Normal

Depois a amostra deve ser ordenada de forma crescente, para a obtenção das estatísticas de ordem:

$$\min\{X_1, \dots, X_n\} = X^{(1)} \leq X^{(2)} \leq \dots \leq X^{(n)} = \max\{X_1, \dots, X_n\}$$

A estatística de teste é definida por:

$$W = \frac{1}{D} \left[\sum_{i=1}^k a_i (X^{(n-1+1)} - X^{(i)}) \right]^2$$

Onde,

- K é aproximadamente $\frac{n}{2}$;
- X^i é a estatística de ordem i;
- $D = \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2$ e $\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i$

Pode-se tomar a decisão por meio do valor crítico já tabelado ou pelo p-valor, calculado por algum software estatístico. Caso o p-valor seja menor que o nível de significância adotado a hipótese nula é rejeitada.

3.4.2 Teste de Wilcoxon para uma amostra

Segundo Bussab e Morettin (2010), o teste de Wilcoxon é baseado nos postos (ranks) dos valores obtidos e é utilizado quando se deseja estudar o comportamento da média populacional com relação a um valor (μ_0) especificado.

Para a realização do teste, deve-se estabelecer uma das seguintes hipóteses:

$$H_0: \theta = \theta_0 \text{ vs } H_1: \theta \neq \theta_0$$

$$H_0: \theta = \theta_0 \text{ vs } H_1: \theta > \theta_0$$

$$H_0: \theta = \theta_0 \text{ vs } H_1: \theta < \theta_0$$

Inicialmente, subtrai-se θ_0 de cada valor X_i , $i=1, 2, \dots, n$, da amostra e assim são obtidos um novo conjunto de dados, Z_1, Z_2, \dots, Z_n de forma que

$$Z_i = X_i - \theta_0.$$

Tendo feito isso, ordena-se de forma crescente o novo conjunto de dados e associa-se a cada valor Z_i o posto R_i correspondente. A seguir, define-se as variáveis indicadoras ψ_i , $i = 1, 2, \dots, n$, dadas por:

$$\psi_i = \begin{cases} 1, & \text{se } Z_i > 0 \\ 0, & \text{se } Z_i < 0 \end{cases}$$

Depois, obtém-se os produtos $R_i\psi_i$, chamado de posto positivo de Z_i e faz-se $T = \sum_{i=1}^n R_i\psi_i$, sendo T a estatística do teste.

Pode-se tomar a decisão por meio do valor crítico já tabelado ou pelo p-valor, calculado por algum software estatístico. Caso o p-valor seja menor que o nível de significância adotado a hipótese nula é rejeitada.

4 RESULTADOS

4.1 Informações sobre o resultado abrangente das empresas analisadas

Diante da amostra coletada, observa-se que predominam as empresas sem setor definido, classificadas como “outras”, representando 27% do total da amostra; seguida pelas empresas de consumo e varejo que compõem 15%, energia e saneamento com 11% cada, telecomunicações e transporte e logística com 5%, saúde e seguros com 4%, Holding e Imobiliário e construção com 3%, Siderúrgica e Tecnologia e internet com 2%, e o restante com 1%. Destas cem empresas, trinta e três não apresentaram resultado abrangente em 2016 e trinta e cinco não apresentaram em 2015, conforme mostra a tabela 2:

Tabela 2 - Apresentação de Resultado Abrangente

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Não apresentaram Resultado Abrangente	33%	35%
Apresentaram Resultado Abrangente	67%	65%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&Fbovespa

Das empresas que apresentaram resultados abrangentes em 2015, trinta e quatro tiveram resultado positivo e trinta e um, negativo, e em 2016 quarenta e cinco apresentaram resultado abrangente negativo e vinte e duas apresentaram resultado positivo.

Os itens mais relevantes encontrados na DRA das companhias que apresentaram resultado abrangente em 2015 e 2016 estão listados na tabela 4, sendo que os mais comuns foram ganhos ou perdas na conversão de operações no exterior, ganho (perda) com plano de benefício definido⁹, resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda e outros resultados abrangentes. Os bancos têm como conta mais relevante, em sua maioria, os ajustes de ganhos e perdas na avaliação de títulos e derivativos. As companhias de energia e saneamento tiveram maior impacto em ajustes com planos de previdência, que não eram reconhecidos antes da vigência do CPC 33.

⁹ Ajustes referentes ao CPC 33 – Benefícios a empregados.

Tabela 3 - Itens mais relevantes nas DRAs das empresas analisadas

Setor de Atividade	Quant. Empresas	%
Ganhos (perdas) na Conversão de Operações no Exterior	17	26%
Passivo Atuarial	4	6%
Resultado de Avaliação a Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda	8	12%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1	2%
Ajustes de conversão do exercício	4	6%
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1	2%
Ganho (Perda) com Plano de Benefício Definido	8	12%
Ganho por Variação de Participação no capital de coligada	1	2%
Ganhos (Perdas) Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	1	2%
Itens que não serão reclassificados para demonstração do resultado	1	2%
Hedges de fluxo de caixa	6	9%
Opção de Venda Detida pelo Não Controlador	1	2%
Participação no Resultado Abrangente de Coligadas	1	2%
Realização da Reserva de Reavaliação	1	2%
Valor justo Propriedade para Investimento	1	2%
Transações com acionistas não controladores	1	2%
Transações de Capital com os Sócios	1	2%
Outros Resultados abrangentes	8	12%
TOTAL	66	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BMeF&Bovespa.

A empresa Rede Energia, que atua no ramo de energia e saneamento, apresentou em sua DRA a conta “Itens que não serão reclassificados para demonstração do resultado”, sem especificar o que esses itens representam ou prestar contas nas notas explicativas, podendo ser uma forma de maquiagem a contabilidade escondendo um prejuízo, que na demonstração é de pouco mais que seis milhões de reais.

Analisando o impacto da consideração dos resultados abrangentes pela ótica qualitativa, de lucro e prejuízo, pode-se perceber, pela tabela abaixo, que nos dois anos a maior parte das empresas não apresentou variação na situação ao considerar os resultados abrangentes, isto é, aquelas que apresentavam lucro nos resultados líquidos continuaram com lucro nos resultados abrangentes e o mesmo ocorre para as empresas em situação de prejuízo. Além disso, percebe-se que, nas empresas que apresentaram mudança de situação, a ocorrência é maior de empresas que apresentavam lucro e, ao levar em conta os resultados abrangentes, passaram a ter prejuízo (apenas uma empresa, em ambos os anos, tinha prejuízo

que passou a ser lucro com o resultado abrangente), o que mostra nesse caso que o resultado abrangente impactaria negativamente o resultado líquido se fosse reconhecido na DRE, piorando o desempenho da empresa, aumentando a volatilidade de seus resultados e tornando-a menos atraente aos investidores.

Tabela 4: Distribuição das empresas segundo resultado líquido e abrangente em 2015 e 2016.

Ano	Resultado Líquido	Resultado Abrangente	
		Lucro	Prejuízo
2015	Lucro	39	6
	Prejuízo	1	21
2016	Lucro	39	8
	Prejuízo	1	19

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Para medir o impacto quantitativo dos itens abrangentes, realizou-se um teste de médias do impacto caso fossem registrados juntamente com os itens da DRE calculada da seguinte forma:

$$\frac{\text{Resultado Abrangente}}{\text{Resultado Líquido}},$$

onde o resultado abrangente representa o resultado líquido somado aos itens abrangentes, portanto, esse quociente mostra o impacto causado. Quanto mais próximo de um, menor o impacto; e quanto mais distante, maior. Portanto, foram consideradas as hipóteses $H_0:\mu=0,9$ vs $H_1:\mu<0,9$ e $H_0:\mu=1,1$ vs $H_1:\mu<1,1$. Esses números foram usados considerando que, até 10% de impacto causado pelos itens abrangentes na DRE, não é relevante para o resultado líquido. Se a média for maior que 1,1; os itens têm impacto positivo, se for menor que 0,9; causa impacto negativo, e se estiver entre 0,9 e 1,1, não causa impacto relevante.

Primeiramente, testou-se a normalidade dos dados com o teste de Shapiro-Wilk e foram obtidos os seguintes resultados.

Quadro 2: Estatísticas de teste e p-valor do teste de Shapiro-Wilk

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto 2015	0,4276	<0,0001
Impacto 2016	0,4574	<0,0001

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Analisando os resultados apresentados acima e considerando um nível de significância de 5%, pode-se dizer que existem evidências para rejeitar a hipótese de que a variação das empresas nos dois anos se distribui segundo uma Normal.

Tendo rejeitado a normalidade, segue-se então para o teste de média com as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu = 0,9 \text{ vs } H_1: \mu < 0,9,$$

sendo μ a média do impacto do resultado abrangente no resultado líquido das empresas em cada um dos anos. Ao fazer isso, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 3: Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto 2015	2.580,5	0,5766
Impacto 2016	1.872,5	0,0123

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Considerando um nível de significância de 5% e os p-valores encontrados, pode-se dizer que não existem evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de que a média é igual a 0,9 em favor da hipótese de que a média é menor que 0,9 no ano de 2015, o que mostra que, se fossem reconhecidos no resultado líquido, os itens abrangentes não causariam impacto significativo. Já em 2016, o p-valor indica que existem evidências para rejeitar a hipótese de que a média é igual a 0,9 em favor da hipótese de que a média é inferior a 0,9; o que mostra que nesse período, se fossem reconhecidos na DRE, os itens abrangentes impactariam de forma negativa o lucro.

Além disso, foram testadas as seguintes hipóteses a fim de saber se a média é igual ou superior a 1,1:

$$H_0: \mu = 1,1 \text{ vs } H_1: \mu > 1,1.$$

Dessa forma, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 4: Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto 2015	1.014,5	1,0
Impacto 2016	556	1,0

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Considerando um nível de significância de 5% e os p-valores encontrados, pode-se dizer que não existem evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de que a média é igual a 1,1 em favor da hipótese de que a média é maior que 1,1 nos dois anos, o que mostra que em ambos os períodos, não haveria impacto positivo significativo caso os itens abrangentes fossem reconhecidos juntamente com o resultado líquido.

Para calcular a volatilidade dos resultados líquidos e abrangente nos anos de 2015 e 2016, foi calculada a média da variação dos dois períodos entre as empresas consideradas e foram obtidos os seguintes resultados.

Quadro 5: Média das variações dos resultados líquidos e abrangentes entre 2015 e 2016.

Variação	Média
Resultado Líquido	1,4021
Resultado Abrangente	1,1514

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

O quadro mostra que a variação no resultado líquido foi de 140% e do resultado abrangente foi de 115%, o que representa uma volatilidade alta que é comum entre as empresas abertas em ambos os resultados.

Para medir o impacto da volatilidade do lucro caso os resultados abrangentes fossem reconhecidos na DRE, realizou-se um teste de médias das variações dos dois resultados, calculada da seguinte forma:

$$\frac{\Delta \text{Resultado Abrangente}}{\Delta \text{Resultado Líquido}}$$

Para o impacto sobre a volatilidade, foram consideradas as mesmas hipóteses utilizadas anteriormente, considerando que, até 10% de impacto causado pelos itens abrangentes na volatilidade dos lucros, não é relevante para o resultado líquido.

Primeiramente, testou-se a normalidade dos dados com o teste de Shapiro-Wilk e foram obtidos os seguintes resultados.

Quadro 6: Estatísticas de teste e p-valor do teste de Shapiro-Wilk

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto Δ	0,3562	<0,0001

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Analisando os resultados apresentados acima e considerando um nível de significância de 5%, pode-se dizer que existem evidências para rejeitar a hipótese de que a variação das empresas nos dois anos se distribui segundo uma Normal.

Tendo rejeitado a normalidade, segue-se então para o teste de média com as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu = 0,9 \text{ vs } H_1: \mu < 0,9,$$

sendo μ a média do impacto da variação do resultado abrangente no resultado líquido das empresas. Ao fazer isso, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 7: Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto Δ	1.610,0	0,5593

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Considerando um nível de significância de 5% e os p-valores encontrados, pode-se dizer que não existem evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de que a média é igual a 0,9 em favor da hipótese de que a média é menor que 0,9 no ano de 2011, mostrando que os itens abrangentes não impactam negativamente a volatilidade do lucro.

Além disso, foram testadas as seguintes hipóteses a fim de saber se a média é igual ou superior a 1,1:

$$H_0: \mu = 1,1 \text{ vs } H_1: \mu > 1,1.$$

Dessa forma, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 8: Estatísticas de teste e p-valor do teste do impacto do resultado abrangente no resultado líquido

	Estatística de Teste	p-valor
Impacto Δ	574,5	1,0

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da BM&FBovespa.

Considerando um nível de significância de 5% e o p-valor encontrado, pode-se dizer que não existem evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de que a média é igual a 1,1 em favor da hipótese de que a média é maior que 1,1 nos dois anos, mostrando que os itens abrangentes também não impactam positivamente a volatilidade.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar o resultado abrangente e seu impacto caso os itens da DRA fossem reconhecidos na demonstração de resultado abrangente. Para isso foram utilizados dados das demonstrações financeiras de 2015 e 2016 de cem empresas listadas na BM&FBovespa. Da amostra utilizada, cerca de 30% não apresentava alterações nos resultados abrangentes dos dois períodos.

Primeiramente foi analisado o comportamento do resultado abrangente com relação ao resultado líquido sob a ótica de lucro e prejuízo, e concluiu-se que, nos anos de 2015 e 2016, a maioria das empresas não teve alteração, ou seja, as que apresentavam lucro líquido, também tinham lucro abrangente; e as que apresentavam prejuízo líquido, tinham prejuízo abrangente. As que apresentavam mudança, em sua maioria tinham lucro líquido e prejuízo abrangente, sendo que apenas uma em cada ano apresentou prejuízo líquido e lucro abrangente.

Para medir o impacto quantitativo dos resultados abrangentes, realizou-se um teste de médias do impacto do lucro líquido caso nele fossem reconhecidos os itens abrangentes nos dois períodos, calculando o coeficiente entre resultado líquido e resultado abrangente. Primeiramente, testou-se a normalidade dos dados com o teste de Shapiro-Wilk, e foram encontradas evidências para rejeitar que os resultados líquidos e abrangentes das companhias se distribuem segundo uma Normal. Tendo rejeitado a normalidade, seguiu-se então para o teste de média com as hipóteses $H_0: \mu=0,9$ vs $H_1: \mu<0,9$ e $H_0: \mu=1,1$ vs $H_1: \mu<1,1$ sendo μ a média do impacto.

Para medir a volatilidade dos lucros líquido e abrangente, foram utilizados os mesmos testes: foram calculadas as médias das variações do resultado líquido e abrangente de 2015 para 2016 calculando seu coeficiente. Rejeitando-se a normalidade, foi calculada a média considerando as mesmas hipóteses, para saber o impacto dos itens abrangentes na volatilidade do lucro.

O resultado do primeiro teste mostrou que os itens abrangentes impactariam o resultado líquido caso fossem reconhecidos na DRE, em sua maioria de forma negativa. Em 2015, quantitativamente, esse impacto não é material, pois as alterações teriam valores muito baixos com relação ao lucro líquido, impacto esse menor que 10% para mais ou menos. Em 2016, o impacto seria significativo, reduzindo o resultado líquido.

O segundo teste mostra uma alta volatilidade no resultado líquido e no abrangente das empresas que compõem a amostra, como é comum se observar em companhias abertas.

Contudo o resultado do teste mostra que os itens abrangentes não impactam significativamente o comportamento da volatilidade, mantendo-se um comportamento muito próximo ao do resultado líquido, com variação abaixo de 10%.

Embora esse estudo tenha mostrado uma baixa influência dos itens abrangentes caso fossem reconhecidos na DRA, não se pode afirmar que para empresas tratadas individualmente seus investidores não tenham interesse em analisar o LA, pois apesar de sua natureza ser em geral transitória, ele pode oferecer um alerta sobre problemas crônicos que ocorrem em uma empresa, como sucessivos prejuízos nos fundos de pensão ou desvantagens cambiais.

O estudo tem algumas limitações, como o fato de que parte das empresas analisadas não especificam o que representam os resultados abrangentes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, registrando-os como “outros resultados abrangentes” sem melhor abordá-los nas notas explicativas, o que dificulta a análise dos itens que mais impactam as empresas. Diferente dos estudos anteriores, que compararam o resultado abrangente com o líquido, este buscou medir a relevância dos itens abrangentes caso seus itens fossem considerados como resultado do período, assim como o impacto que eles causam ou não na volatilidade dos lucros. Outros estudos podem ser feitos mais aprofundadamente, analisando a DRA por setores de atuação ou os itens que passam por ela isoladamente, por exemplo, para uma melhor visualização dos impactos que esses resultados podem causar nas companhias de capital aberto.

REFERÊNCIAS

ALVES SOUSA, S. R. **Índices financeiros versus volatilidade histórica de 13 empresas do setor de construção, engenharia e transporte no ano de 2012**. Orientador: Prof. Me. Ronaldo Schimidt Gonçalves de Almeida. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE). Universidade de Brasília (UnB), 2014, 34 f.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós graduação: noções práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2017

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em 10 de Abril de 2017.

CHAMBERS, Dennis; LINSMEIER, Thomas J.; SHAKESPEARE, Catherine; SOUGIANNIS, Theodore. **An evaluation of SFAS n.130 comprehensive income disclosures**. *Review of Accounting Studies*, v. 12, n. 4, p. 557-593, dez. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26 (R1) - **Apresentação das demonstrações contábeis**. 2010. Disponível em: Acesso em: 26 mar. 2017.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade**. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 2012, 15.2: 110-126.

CURCINO, G. M; LEMES, S.; BOTINA, R. A. **Efeito do Resultado Abrangente nos indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras**. *João Pessoa*, v. 2, n. 3, p. 24- 40, set/dez. 2014. ISSN 2318-1001. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>> . Acesso em 30/03/2017.

DEHNING, Bruce; RATLIFF, Paulette A. **Comprehensive Income: evidence on the effectiveness of FAS 130**. *The Journal of American Academy of Business*, Cambridge, v. 4, n. 1-2, p. 228-232, mar., 2004.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Statement of Financial Accounting Standard n. 130: Reporting comprehensive income**. Norwalk, CT: Financial Accounting Foundation. 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas. 1ª Edição, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB). **Apresentação das Demonstrações financeiras**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technicalsummaries/Documents/Port2011/IAS1.pdf>>. Acesso em: 15/03/2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 1ª Edição, 2010.

KANAGARETNAM, Kiridaran; MATHIEU, Robert; SHEHATA, Mohamed. **Usefulness of comprehensive income reporting in Canada**. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 28, n. 4, p. 349-365, 2009.

MAZZIONI, S.; ORO, I. M.; SCARPIN, J. E. **Lucro Versus Resultado Abrangente como Medida Preditiva do Desempenho das Empresas do Setor Elétrico Brasileiro**. *Registro Contábil*, Maceió, v. 4, n. 3, p. 89-104, 2013.

OLIVEIRA, Natália Lima de. **Análise da relevância do uso do lucro abrangente em comparação ao lucro líquido em demonstrações financeiras de empresas brasileiras**/ Natália Lima de Oliveira; Orientação: César Augusto Tibúrcio Silva. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) . Universidade de Brasília, 2015, 32. p.

PINHEIRO, L. E. T.; MACEDO, R. P.; VILAMAIOR, A. G. **Lucro Líquido versus Lucro Abrangente: Uma análise empírica da volatilidade**. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 4, p. 06-18, out./dez., 2012.

POHLMANN, M. C.; ALVES, F. J. S. Regulamentação. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa Social Métodos e técnicas**. 3ª ed. 14ª reimpressão. São Paulo. Atlas, 2012.

SILVA, A. H. C; SILVA, E. G. R. **Análise das demonstrações de resultado abrangente após a implementação do IFRS no Brasil**. *Revista Contextus*. Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 105-131, 2015.

SOUTES, Dione Olesczuk; SCHVIRCK, Eliandro. **Formas de Mensuração do Lucro e os Reflexos no Cálculo do ROA**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 2005.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2001.

TIBÚRCIO SILVA, C. A.; CARVALHO, C. C.; NUNES, D. M. S. **O Que Move o Preço da Ação? Uma Abordagem sobre a Influência das Notícias no Mercado Acionário**. *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*. Brasília, v. 2, n. 3, p. 1-13, Mai./Ago., 2012.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª Edição, 2003.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 9 Edição, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRENDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.